

-----**ACTA N.º 196**-----

----- Aos dezanove dias do mês de Dezembro de dois mil e oito, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Dr. José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 54º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro (nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro). -----

-----**Ordem de Trabalhos**-----

- 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara. -----
  - 2 – Período de antes da Ordem do Dia. -----
  - 2.1 – Correspondência. -----
  - 2.2 – Intervenções. -----
  - 3 – Ordem do Dia. -----
  - 3.1 – Orçamento e GOP/2009; -----
  - 3.2 – 5ª Revisão Orçamental; -----
  - 3.3 – Pedido de Isenção de IMT. -----
  - 4 – Outros assuntos: Não foi apreciado qualquer assunto. -----
  - 5 – Período destinado ao público. -----
- Eram cerca das dezassete horas e quinze minutos quando o presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão. -----
- Seguidamente, o presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário que verificasse se havia quórum e procedesse à chamada. -----
- Depois de realizada a chamada, verificou-se a presença dos membros: -----
- 1) Albano de Amaral e Macedo; -----
  - 2) Alexandre Fernandes Tavares; -----
  - 3) António Fernando da Silva Dias; -----
  - 4) António Nunes Tavares; -----
  - 5) Cláudia Maria Rodrigues da Silva; -----
  - 6) Claudino da Fonseca Soares; -----
  - 7) David da Silva Alves; -----
  - 8) Edgar Jorge Ribeiro da Silva; -----
  - 9) Fernando da Silva Oliveira; -----
  - 10) Harolde Soares da Silva Balaias; -----
  - 11) João Pereira Henriques; -----
  - 12) Joaquim Zacarias Paulino Gabriel; -----
  - 13) José Dias da Silva; -----
  - 14) José Loureiro dos Anjos; -----
  - 15) José Luís da Silva e Almeida; -----
  - 16) José Manuel Barbosa de Almeida e Costa; -----
  - 17) José Tavares Batista Braga; -----
  - 18) José Tavares Coutinho; -----
  - 19) Júlio Martins Fernandes; -----
  - 20) Manuel Henriques Soares; -----
  - 21) Maria Elisabete Martins Henriques; -----

- 22) Nuno Miguel Matos Silva; -----
- 23) Paula Cristina Vaz dos Santos; -----
- 24) Rui Manuel Batista Rocha; -----
- 25) Severo Mendes Pereira; -----
- 26) Silvério Benjamim da Silva Soares Gomes. -----

----- Depois de realizada a chamada o Presidente da Assembleia Municipal comunicou que os membros António da Silva Ferreira e Francisco Furtado de Menezes Veloso Ferreira, tinham comunicado e justificado as respectivas faltas, por escrito. -----

----- Para além dos membros acima indicados, foram registadas as faltas de Belmiro Manuel Marques e Rafael Ferreira Matos. O membro Belmiro Marques comunicou ao presidente da Assembleia Municipal que era impossível estar presente nesta sessão. -----

----- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de: Manuel da Silva Soares, Presidente; António José Martins Coutinho, Vice-Presidente; Raul Alberto da Conceição Duarte; João Miguel Tavares de Almeida e António Bispo Rodrigues. -----

----- Seguidamente, foram submetidas à apreciação as actas n.º 193, 194 e 195, oportunamente, remetidas aos membros da assembleia municipal, ficando dispensadas da sua leitura. -----

----- Depois de apreciadas as actas das três sessões anteriores foram aprovadas com as seguintes votações: Acta n.º 193, aprovada por maioria, com duas abstenções, dos membros Claudia Silva e Harode Balaias e os votos a favor dos demais membros; Acta n.º 194, aprovada por unanimidade; Acta n.º 195, aprovada por maioria, com três abstenções, dos membros António Dias, Harolde Balaias e José Luis Almeida e os votos a favor dos restantes membros. -----

----- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos. -----

**-----1 - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara-----**

----- O **presidente da câmara** apresentou de forma exaustiva a informação exarada no documento enviado aos membros referente à comunicação escrita. -----

----- O membro Joaquim Zacarias colocou apenas uma questão acerca dos projectos a serem financiados pela CIRA, referidos na comunicação escrita. O presidente da câmara respondeu que não estavam indicados os projectos objecto de contratualização, os quais, só agora, poderão ser submetidos. -----

**-----2 - Período Antes da Ordem do Dia-----**

----- **2.1 – Correspondência** – Não foi presente qualquer documento. -----

----- Seguidamente, foram abertas as inscrições dos membros que desejassem intervir no período de antes da ordem do dia. -----

----- **2.3 – Intervenções.** -----

----- Foram registadas as seguintes inscrições, para este período: Silvério Gomes, José Braga, Severo Pereira, Albano Macedo, Joaquim Zacarias, António Dias e Edgar Jorge. -----

**Silvério Gomes**: Na introdução referiu que iria abordar assuntos por resolver, referidos em tempos, mas porque estávamos próximo do final do presente mandato,

desejava saber se iriam ser resolvidos. As situações apontadas estavam relacionadas com obras a realizar na freguesia de Cedrim, tais como, a beneficiação da estrada de ligação ao lugar de Santo Adrião; a rectificação de uma curva e pavimentação da estrada de acesso ao lugar da Redouça; a estrada de acesso entre a Igreja e a Escola de Cedrim, iniciada há mais de três anos, mas parada próximo do ribeiro; a continuação da obra de abertura da estrada em frente à Igreja, sugerindo a sua ligação ao lugar da Lomba. -----

Em relação à obra de abertura de um caminho em frente à Igreja Matriz, questionou o Presidente da Junta de Freguesia de Cedrim se já tinha realizado a negociação dos terrenos e se era verdade terem mandado parar as obras e quais os motivos dessa decisão. -----

Por último, perguntou qual o motivo de se manterem as árvores por cortar numa parcela sobrance da EN328, no lugar de Carrazedo, próximo das habitações, onde se encontrava uma máquina abandonada já removida e as árvores a manterem-se no local, que poderia ser jardinado. -----

**Presidente da Assembleia:** Informou que não podia dar a palavra aos presidentes das Juntas de Freguesia para responderem às questões colocadas pelos membros da Assembleia Municipal, porque não era o local adequado para serem questionados. Contudo, o presidente da Junta de Freguesia de Cedrim, na qualidade de membro deste órgão, poderia pedir a palavra para responder às questões, mas sem alegar a defesa da honra, porque não foi colocada em causa na intervenção do senhor Silvério Gomes. -----

**Presidente da Câmara:** Em relação à intervenção do senhor Silvério, respondeu que o executivo não ficava condicionado aos pedidos dos membros da Assembleia Municipal, mas em função das possibilidades financeiras e à capacidade de endividamento do Município. Respondendo, em concreto, disse que, em relação à estrada de Santo Adrião, estava a ser elaborado um projecto para uma intervenção a realizar nessa estrada, bem como, em mais seis que necessitam de requalificação. Mais informou que a empreitada de beneficiação da estrada de Santo Adrião será objecto de candidatura para serem obtidos os meios financeiros necessários através de um contrato-programa, atendendo ao custo elevado para a sua execução. -----

Sobre o corte da curva na Redouça, informou ter sido conseguida uma solução, após vários pedidos da Junta de Freguesia e das negociações realizadas com o proprietário do terreno para a rectificação do caminho nesse ponto, cujo trabalho vai ser liderado pela Junta de Freguesia e esta entidade apoiará com a cedência de máquinas e materiais. -----

Quanto à estrada de ligação da Igreja à escola, informou ser um processo apresentado pela Junta de Freguesia, no sentido de se fazer um projecto e serem negociados os terrenos. -----

Em relação à rua frente à Igreja, informou que no projecto da empreitada estava previsto executar uma estrada com seis metros de largura e a Junta de Freguesia tinha sugerido que a plataforma fosse de sete metros, para permitir o estacionamento de veículos nos dias de missa. Portanto, foi necessário alterar o

projecto e fazerem-se as negociações dos terrenos necessários para esse alargamento. -----

Sobre as árvores de Carrazedo, disse que o Município não iria intervir porque há particulares que se arrogam como proprietários da parcela ou parte e, portanto, como donos das árvores. Esse assunto está a ser estudado pela Direcção de Estradas de Aveiro e como há dúvidas quanto às declarações prestadas seria prudente não intervir o Município, porque esta entidade não deve intrometer-se em terrenos alheios, sem autorização. -----

**José Braga:** Iniciou por falar sobre os abrigos das paragens de autocarros, dizendo que era do conhecimento de toda a gente que, houve, pelo menos, dois acidentes, um em Pessegueiro, junto à ponte, onde o abrigo foi destruído e já limpam tudo, menos os fios eléctricos que ficaram expostos e poderão ter corrente eléctrica. -----  
O segundo abrigo de passageiros, na entrada da vila, destruído também num acidente, que podia ser mais grave, ainda não substituído, talvez por inércia da seguradora. -----

No lugar dos Padrões também havia, em tempos, um abrigo de passageiros que foi deitado a baixo e não foi repostado porque apareceu um particular que se arroga dono do terreno. Assim, se comprovar ser o dono do prédio, porque é que o Município não compra o terreno necessário para construção desse abrigo? -----

Finalmente, fez uma crítica à informação prestada na comunicação escrita, devido ao facto do presidente da Câmara referir sistematicamente a conclusão dos mesmos trabalhos e obras, parecendo uma cópia dos documentos anteriores. -----

**Presidente da Câmara:** Sobre os abrigos de passageiros, disse que: -----  
Aquele que estava situado na Ponte, foi destruído, em princípio, por um camião e foi contactada a GNR para saberem se possuíam alguma informação. Desse mesmo abrigo, informou que após o alerta realizado sobre a existência de cabos eléctricos expostos, foi desligada a corrente eléctrica para se evitar algum acidente. -----

Em relação ao abrigo do Vale do Vaqueiro, estavam à espera da resposta da companhia de seguros para ser adquirido e proceder-se à sua instalação. -----

Concordava com o que disse sobre o abrigo dos Padrões e era muito estranho ter estado lá durante muitos anos e, agora, após a sua remoção e execução das sapatas é que aparece alguém a dizer que o terreno lhe pertence. Portanto, foi solicitada informação à Direcção de Estradas de Aveiro para se comprovar a quem pertence o terreno. -----

**Cláudia Silva:** Na sua intervenção, Claudia Silva, procurou aumentar um pouco o rol de pedidos formulados pelo senhor Silvério Gomes dizendo que, não é nenhuma ilusão, porque Cedrim necessitava, realmente, daquelas obras. -----

Disse compreender que o senhor presidente da Câmara não possa estar condicionado às vontades dos membros desta assembleia. No entanto, pensava que deveria considerar as necessidades dos munícipes, neste caso, os Cedrinenses, porque não serão, de todo, descabidos. Assim, em relação à estrada da Redouça, não é só a questão da curva, porque há uma outra parte da estrada em que a água empossa e forma um grande lençol. Além do mais, o pavimento também não está em muito bom estado. Ainda em relação à freguesia de Cedrim, lembrou que foi

apresentado um projecto para o largo e recinto de festas da Capela da Nossa Sr.<sup>a</sup> dos Milagres, em Paçô - Cedrim, para requalificação daquele espaço, que parece estar um pouco estagnado, apesar de já ter sido colocado à apreciação e discussão pública durante um mês, considerando que o prazo estará esgotado e poder-se-ia avançar com a obra. -----

**Presidente da Câmara:** Respondeu que a rectificação e repavimentação da estrada da Redouça estava prevista numa empreitada adjudicada e em curso, sendo um caminho onde está prevista a colocação de tapete. -----

Em relação ao inquérito realizado sobre o projecto de requalificação do espaço envolvente da Capela em Paçô de Cedrim disse, estarem a aguardar pelas conclusões, porque considerava ser um projecto não muito difícil de concretizar e já incluído no Plano Plurianual de Investimentos do próximo ano. -----

**Severo Pereira:** Solicitou informação sobre a casa adquirida pelo Município na Vinha Dónega, cujo destino e uso, segundo tinha conhecimento, foi transferido para a Junta de Freguesia. -----

Na sequência dos trabalhos realizados na Vinha Dónega, alertou para o facto da água arrastar terra para a via pública em consequência da abertura do caminho e demolição de parte do prédio, com prejuízo quer para o tráfego automóvel como para as pessoas que nela transitam a pé. Portanto, solicitou a colocação de materiais que evitassem a deslocação das terras para a via pública-----

Em relação à estrada de ligação entre Pessegueiro e a Ermida, devido aos atrasos que possam ocorrer na construção das barragens, perguntou se não havia a possibilidade de ser melhorado o piso e ser removida a terra depositada em parte do troço dessa estrada. -----

Seguidamente, perguntou quando iriam começar a funcionar os parcómetros e se havia lugares destinados ao uso gratuito (parques) onde fosse possível estacionar cinquenta a cem veículos. -----

Por último, procedeu à leitura da carta redigida por António Ferreira que, de acordo com a justificação apresentada, não pode estar presente. O documento foi entregue à mesa e arquivado junto dos documentos desta sessão. -----

**Presidente da Câmara:** Referiu que para o prédio da Vinha Dónega, há um projecto de requalificação do espaço, onde se prevê a pavimentação e o ajardinamento. Foi demolida uma parte da casa para passar a estrada. A Junta de Freguesia pretende transformar o prédio e dar-lhe um destino, podendo servir para serviços daquela entidade e sede de uma associação. -----

Em relação aos parquímetros, esclareceu que a decisão de avançar com as zonas de estacionamento condicionado foi tomada com base no pedido realizado por um conjunto de comerciantes, que há muito tempo atrás, veio apresentar esse pedido, face às dificuldades dos clientes em estacionar na zona central da vila, devido a um número elevado de pessoas que deixam os carros de manhã até à noite e prejudicavam, assim, o comércio. Em relação à questão formulada, disse que iriam ser colocadas placas a indicar os locais onde o estacionamento não é pago. -----

Por último, falou sobre o decorrer do processo para construção da barragem de Couto de Esteves/Ribeiradio, para dizer que os projectos estão feitos e englobam

todas as acessibilidades. Portanto, não iam fazer qualquer intervenção numa altura em que sabiam que, se tudo corresse como foi transmitido, o início das obras estaria previsto para os primeiros meses do próximo ano. -----

**Albano Macedo**: Começou por referir que o ano de 2008, surpreendeu-nos com um conjunto de acontecimentos perturbadores, tais como, a crise dos cereais, a crise dos combustíveis, a falência da banca em vários países e até o caso da Islândia, um dos países ricos em que a crise financeira entrou no domínio das instituições públicas e afectou o estado, a crise mundial e o desemprego mundial. O momento é de grande tensão e atenção. É imperativo defender a economia, mas uma economia que serve o bem-estar dos cidadãos e não se serve de si própria. Defender um estado com uma intervenção reguladora, que deve ter um papel activo e líder na reanimação da economia. É urgente repensar toda a economia mundial e voltar à economia em que os empresários devem constituir as suas empresas e fábricas, produzir os seus produtos ou serviços e ganhar com a sua venda. Tem de ser abandonada a ideia dos paraísos fiscais com a valorização e ganhos bolsistas aliados, muitas vezes, a manobras de especulação, ou seja, uma economia virtual. Devemos reordenar todas as peças deste xadrez económico. Todos têm o direito de ganhar ou ter mais valias pelo fabrico dos seus produtos ou prestação dos seus serviços. Mas, ultimamente, não foi essa a ideologia que entrou no nosso mundo. Era mais fácil ganhar dinheiro e ficar rico com manobras de bolsa do que com a venda ou fabrico de produtos ou serviços. Mas, perante este panorama mundial e nacional, como deve reagir as autarquias? Julgamos que as autarquias locais devem investir na animação, dinamização e apoio à organização e funcionamento das suas comunidades com vista à criação de um tecido económico e social empreendedor. Nem sempre a construção de certas infra-estruturas e, principalmente, de certos equipamentos, tem correspondido às necessidades efectivamente sentidas. Tendo alguns deles sido feitos com a perspectiva de despertar o interesse por actividades que neles podem ser desenvolvidas. As autarquias locais têm-se concentrado muito nos investimentos físicos. Nem sempre antecipados pelos respectivos estudos de viabilidade, nem acompanhados dos respectivos planos de exploração. Isto é, a regra tem sido, muitas vezes, construa-se, que logo terá alguma utilização. No futuro, as coisas deverão passar-se de forma diferente. As autarquias locais terão que centrar a sua actividade mais nas pessoas, investindo mais na sua valorização, incluindo a animação, organização, formação e investigação. As áreas de intervenção prioritárias serão, certamente, as creches, jardins-de-infância, escolas, lares, habitação e, principalmente, recuperação de prédios degradados e, também, a remodelação de infra-estruturas de saneamento básico e as infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento económico. Não há margem para dúvidas. É chegado o momento. Temos que reinventar a governação, a gestão pública e a gestão autárquica. Gestão é combinação otimizada dos recursos disponíveis em favor de determinado projecto ou missão. Então, o que significa reinventar a gestão autárquica? É governar as autarquias, decidindo com base na visão municipal-cêntrica colocando os munícipes no centro e como razão de ser da tomada de decisões. Nesta nova forma de gestão autárquica, os munícipes devem ser o

critério, a medida e o ponto de referência. Em caso de dúvida, deve-se optar pela decisão mais favorável à melhoria da qualidade de vida das pessoas no seu espaço territorial. Redesenhar a estrutura organizacional autárquica como forma de criar uma dinâmica de responsabilização através de um modelo de contratualização interna de objectivos ao serviço de uma gestão tipo empresarial, inovadora e criativa. Potenciar a aplicação das tecnologias de informação e comunicação no processo de gestão interna dos serviços centrais da autarquia e no relacionamento comunicacional com novas tecnologias entre as freguesias e até entre os lugares. Avaliar periodicamente os quadros dirigentes e os funcionários das autarquias. Estimular a inovação e a criatividade através da atribuição de prémios de ideias, da excelência, de resultados, de inovação e de criatividade. E, além do mais, respeitar os munícipes na sua vida quotidiana de relacionamento com a autarquia. Para isso, devem ser fixados prazos de resposta a todos os tipos de necessidades expressas pelas pessoas. Juntos, vamos construir um futuro melhor, uma nova ordem e uma nova filosofia autárquica. O Presidente da República, Prof. Cavaco Silva, apelou à responsabilidade de todos os agentes políticos nessa mobilização e união criticando, sem especificar, aqueles que, neste momento, procurem dividir os portugueses. O Presidente da República classificou como difíceis os tempos actuais pela situação de crise financeira internacional mas, observou, “é nestas situações que temos de confiar na nossa capacidade de vencer”. E, também, o Dr. Mário Soares, referiu que esta crise não está a ser debelada com a injeção de milhares e de milhões de dólares e de euros dos bancos centrais nos respectivos bancos, seguradoras e algumas empresas dos respectivos estados. Mas, antes, é uma crise extremamente complexa que está para durar, no mínimo, dois anos, embora, alguns reputados economistas falem de, pelo menos, uma década. Continuam referindo que não basta injectar muito dinheiro como tem sido feito para a crise ser debelada, porque a especulação continua e há gente a ganhar muito dinheiro com a crise. A crise é sistémica. É preciso que as pessoas tomem consciência de que isso foi um não ao liberalismo que entrou em falência e a globalização desregulada dos paraísos fiscais e a especulação desenfreada que daí decorre e continua. Não é voltando a encher os bolsos aos maiores responsáveis que podemos resolvê-la. É preciso uma mudança global do sistema. Mudar o modelo económico. O capitalismo, na sua fase financeira especulativa do tipo virtual. Para voltarmos à economia real com os pés fincados na terra lutando contra as desigualdades sociais, a pobreza e em defesa do planeta ameaçado. E, questionado sobre se era o fim do capitalismo, o Dr. Mário Soares respondeu: “do capitalismo virtual e especulativo com certeza que é”. -----

O membro Albano Macedo concluiu a sua intervenção dizendo: “Que estas palavras destes líderes e conceituados estadistas nos sirvam de referência”. -----

**Joachim Zacarias**: Há pouco, quando o senhor Silvério Gomes colocou à consideração do executivo determinadas ambições para Cedrim, também solicitou a intervenção do presidente da Junta de Freguesia, ao qual o presidente da Assembleia Municipal deveria ter dado a palavra conforme determina o regimento no seu artigo 26º, alínea b), que refere o seguinte: “a palavra é concedida aos

membros da Assembleia Municipal para, designadamente: b) participar nos debates e) formular ou responder a pedidos de esclarecimento; h) reagir contra ofensas à honra ou à consideração. Considerou haver um défice de diálogo, sobretudo no contraditório, na possibilidade de abordarmos assuntos não lembrados no momento da intervenção ou respostas aos esclarecimentos prestados pelo presidente da Câmara Municipal. Acrescentou que os membros da Assembleia Municipal deveriam saber gerir esse tempo e solicitar ao presidente da Assembleia Municipal a palavra para o contraditório. -----

Seguidamente, expôs as seguintes situações: -----

Apresentou um exemplar do último Boletim Municipal, exprimindo a sua indignação, uma vez mais, não pelo facto de ser comumente sabido tratar-se de um veículo de transmissão da propaganda do presidente da Câmara Municipal, mas pela qualidade dos três mil exemplares editados que, certamente, ficarão caríssimos. Assim, num tempo de crise, há que ponderar se isto é um bom exemplo para o Município de Sever do Vouga. -----

A iluminação de Natal colocada na vila este ano, parece ter sido contratada ao metro ou à peça, porque uma noite está avariada numa parte e noutra noite, há outra que não está iluminada. Há aí uns motivos que mais parecem folclore dos santos populares em Junho do que propriamente motivos de Natal. Enfim, parece uma iluminação descaracterizada. -----

Seguidamente, falou ter notado a ausência do presidente da Assembleia Geral e primeiro responsável pela protecção civil deste concelho, no jantar realizado pela Associação de Bombeiros Voluntários, do passado dia 11 de Outubro, tal como, da presença de qualquer outro elemento da Câmara Municipal. -----

Ao ouvir as explicações dadas pelo presidente da Câmara Municipal acerca da comunicação escrita, tomou conhecimento que os arranjos da zona envolvente ao bairro da Bela Vista estão pendentes devido à vontade de ser instalado um ecopolis. Desta forma, perguntou se os referidos arranjos vão ser adiados por muito mais tempo. -----

Voltou a referir que os camiões pesados não deveriam passar pelo centro da vila e o acidente ocorrido no Vale da Grama poderia ter outras dimensões caso tivesse acontecido no centro da vila. Assim, se a variante possui zonas de difícil acesso ou que não permitem a circulação de veículos de grande porte, deve o executivo interceder junto das Estradas de Portugal para resolverem essa situação, nem que seja necessário alterar zonas de acesso, rotundas ou o traçado daquela via. -----

Disse que a Estrada de Sóligo à Grela apresenta o piso em muito mau estado de conservação e a necessitar de uma intervenção urgente. -----

Em relação à casa da Vinha Dónega disse que, em sua modesta opinião, deveria ser demolida e construir-se um prédio de raiz, porque ficaria melhor e mais barato. ----

Informou que na Rua das Escolas, em frente ao Centro de Camionagem, quando chove muito, formam-se alguns lençóis de água. -----

Seguidamente, perguntou sobre o processo de construção da nova E.B.2.3, para saber qual o ponto de situação. -----

Sobre resíduos da floresta, disse ser recorrente fazerem-se carregamentos próximo do centro da vila e nalguns locais públicos. Isso para dizer que está mal o facto de deixarem tudo sujo e nem os próprios ou a Câmara limpam esses espaços. ----- Seguidamente, perguntou qual o destino das garagens pertencentes ao Município, situadas em frente ao complexo habitacional e voltou a falar sobre os maus cheiros vindos da ETAR, sentidos junto do Jardim-de-infância e Escolas. ----- Por último, sobre os parquímetros, disse que a ideia que passam os comerciantes é contrária à afirmação do presidente da Câmara Municipal, ou seja, que não solicitaram a criação de zonas de estacionamento condicionado e serviam apenas para o Município realizar mais alguma receita. -----

**Presidente da Assembleia Municipal:** Antes de dar a palavra ao presidente da Câmara Municipal, disse ao membro Joaquim Zacarias que não podia ser acusado por um défice de diálogo ou recusar a palavra para o contraditório. Apenas considerou ter interpretado correctamente as normas exaradas no regimento e na legislação que regulamenta essa matéria e era sua intenção dar a palavra ao presidente da Junta de Freguesia de Cedrim para responder às questões colocadas pelo membro Silvério Gomes. -----

**Presidente da Câmara:** Em relação ao Boletim Municipal, toda a gente dirá, quando está na oposição, que os boletins municipais são propaganda daquilo que o executivo faz e é para isso que a lei diz que existem. Está estipulado na lei que os boletins municipais devem existir e servem para prestar informação à população de cada concelho, sobre as deliberações tomadas pelos órgãos colegiais e actividade desenvolvida pelo executivo. Quanto à tiragem e aos custos de edição do boletim municipal, informou serem muito baixos, comparando-os com municípios vizinhos onde os executivos municipais dispõem de gabinetes próprios de comunicação e imagem, onde os custos de redacção, edição e envio são muito superiores. Além do mais, tomou-se a decisão de elaborar apenas um ou dois em cada ano. Embora ficando maior, há uma economia na sua edição e distribuição. -----

Seguidamente, respondeu às críticas formuladas quanto à iluminação e rotunda das escolas, dizendo que, em tempos, eram criticados pelos gastos na iluminação e, agora, são criticados por haver pouca iluminação. Além do mais, a iluminação foi contratualizada através da AGIM e o Município não suportou qualquer encargo. O mesmo acontece com a rotunda em construção, da qual foi editada uma notícia no Beira Vouga, com um total desconhecimento de como vai ficar e que já foi testada quanto à passagem dos camiões de grande porte que transportam as torres gigantes construídas na empresa A.Silva Matos, SA. -----

E, referindo-se às torres eólicas, disse que ocorreu o acidente no Vale da Grama devido a uma falha no serviço de segurança, que não parou no cruzamento da Senhorinha e originou a entrada de uma viatura em sentido norte. -----

Quanto à opinião sobre a variante e acessos referiu não ser fácil resolver devido à inclinação da EN328 nalguns locais. -----

Em relação ao IC35, disse já ter esclarecido que era a única pessoa que mais tinha intercedido pela sua passagem neste concelho. Esperando que eventuais iniciativas não interfiram ou condicionem a sua passagem pelo concelho. Além do mais, os

custos associados à construção do IC35, são o principal problema para a sua execução, porque em função do tráfego não há concessionárias interessadas nesse projecto. Contudo, através da Direcção de Estradas de Aveiro o instituto de Estradas de Portugal está a realizar um estudo para um projecto de ligação alternativa e que possa substituir a EN328, para melhorar o acesso à A25. Mas, não será um projecto para o curto ou médio prazo. -----

Sobre o jantar de Natal da Associação de Bombeiros Voluntários disse não aceitar juízos de valor de ninguém, quando contribui anualmente para a associação e não deixou de o fazer por faltar a um jantar, embora tivesse desejado poder ter participado nesse encontro. -----

Em relação aos arranjos do bairro da Bela Vista, informou que o projecto foi incluído na candidatura de Regeneração Urbana e caso seja aprovada a empreitada iniciar-se-á imediatamente. -----

Quanto aos parcometros, respondeu que foram solicitados por um grupo de comerciantes, sabendo que nem todos estão de acordo e não foram colocados com o objectivo de ser arrecadada qualquer receita adicional, porque a receita obtida nos mesmos servirá para pagar os parcometros no prazo estabelecido de oito anos.

As garagens em frente ao complexo, foram postas à venda por duas vezes e não apareceram interessados na sua compra. Assim, foi decidido guardar nas garagens disponíveis algumas viaturas desta entidade. -----

Para a estrada de Sóligo à Grela está prevista a colocação da conduta de saneamento, razão pela qual não foi melhorado o piso. -----

Por último, quanto à questão colocada sobre a construção da nova escola E.B.2.3, disse que os responsáveis pelo Parque Escolar, EPE fizeram uma visita ao concelho e decidiram fazer um estudo no sentido de verificarem a viabilidade de juntar as duas escolas numa única na mesma zona. A DREC defende a solução de um centro escolar novo. Assim, está previsto realizar-se uma reunião em Janeiro, para se saber qual vai ser a opção a tomar pelo Ministério da Educação. -----

Seguidamente, sobre os cheiros vindos da ETAR, o vereador **António Coutinho** acrescentou que era normal sentirem-se cheiros, especialmente nos dias de maior pluviosidade, porque não há nenhum equipamento que suporte descargas de efluentes acima do normal. -----

Seguidamente, foi dada a palavra ao membro **Edgar Jorge** que, dirigindo-se ao presidente da Assembleia Municipal, disse que foi limitada a sua intervenção, desfasada no tempo e que já não era a primeira vez que essa situação acontecia. ----

Continuou, dizendo que iria ficar atento, até ao final do mandato, às recorrências relacionadas com a defesa da honra. -----

Posto isto, respondendo à questão que, em principio, fora formulada pelo senhor Silvério Gomes, sobre a empreitada suspensa do caminho em frente à Igreja Matriz de Cedrim, disse que a resposta foi dada pelo executivo como consta na Acta n.º 15/2008, cujo conteúdo leu e reflecte perfeitamente aquilo que se passou, ou seja, que a Junta de Freguesia conseguiu que o caminho não fosse um simples caminho para ajudar o acesso para algumas casas, mas sim, para ter a continuidade desejada.

Por último, referiu que a sugestão de ligação ao lugar da Lomba não é nenhuma novidade. Isso porque a Junta de Freguesia já apresentou esse pedido à Câmara Municipal por diversas vezes, assim como, outras intervenções a realizar na freguesia de Cedrim. Sendo estes esclarecimentos o motivo do seu pedido de intervenção. -----

**António Dias:** Na sua intervenção, o membro António Dias expôs várias situações constatadas nos últimos dias, com elevada pluviosidade, tais como, a formação de vários lençóis de água na EN333, que passaram a surgir após a construção da A25, bem como, a deslocação de terra e brita da A25 para o caminho do lugar denominado Chão Redondo. Mais disse que, a seguir ao cruzamento da Vide, junto à quinta do professor Joaquim Silva, não há valeta numa parte da estrada e formase um grande lençol de água que pode provocar acidentes à noite, atendendo ao facto de cobrir toda a via na sua largura. -----

### ----- 3 - Ordem do Dia -----

**3.1 – Orçamento e GOP/2009:** - A apreciação deste ponto da ordem do dia começou com a apresentação da proposta por parte do presidente da Câmara Municipal que, sucintamente, indicou os aspectos mais importantes destes documentos e disponibilizou-se para prestar os esclarecimentos necessários para dirimir qualquer dúvida que possam ter os membros da Assembleia Municipal. -----

**Intervenções:** Seguidamente, foram anotadas as seguintes intervenções: -----

- de **Severo Pereira**, que fez uma apreciação do documento e aproveitou para colocar algumas questões ao presidente da Câmara Municipal. A primeira, para saber quando poderão ser incluídas as previsões de receitas provenientes do novo Quadro de Referência Nacional. Depois, perguntou porque se mantinha previsto o mesmo valor do ano anterior na rubrica de “Empréstimos de médio e longo prazo”. Esse empréstimo foi ou não utilizado? -----

Seguidamente, perguntou se era correcto o valor previsto na arrecadação de 350.000€ na venda de terrenos, prevista na rubrica de Receitas de Capital, que presumiu resultar da venda dos terrenos na Zona Industrial de Cedrim. Isso para dizer que não está em consonância com a vontade de serem atraídos mais investidores para o concelho, parecendo exagerada a receita que se prevê arrecadar na venda desses terrenos em função da sua finalidade. -----

Por último, considerou que este orçamento foi elaborado de forma cuidadosa a não exigir grandes investimentos, mas não muito ousado, razão pela qual o PSD irá votar favoravelmente. -----

- de **Rui Rocha**: que começou por dizer que, sendo este, provavelmente, o último orçamento no qual interviria, pelo menos como presidente da Junta de Freguesia de Paradela, lamentou que a sua freguesia tivesse sido colocada um pouco ao abandono. Assim, custava-lhe ver que, apesar de ter aqui alguns projectos inscritos para a freguesia de Paradela, nenhuma das obras aqui inscritas possuía qualquer dotação definida para poderem ser abertos os respectivos concursos. Portanto, disse constatar, com profunda tristeza, que este orçamento não contemple qualquer obra para a sua freguesia. -----

- de **José Dias**: que em relação ao presente orçamento, afirmou ter pena de, em relação à freguesia de Couto de Esteves, não contemplar um projecto de requalificação do largo no centro da freguesia, a menos que possa ainda ser inserido noutra rubrica. -----

- de **António Dias**: que fez a seguinte apreciação dos documentos previsionais: ----  
A proposta das Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal para 2009, surge num momento notório de arrefecimento da actividade económica de Portugal e um pouco por todo o mundo. Numa expressão que os economistas utilizam muito, dizem – “parece que o Estado está absolutamente sem folga”, ou seja, endividado e com uma taxa de execução de receitas correntes em manifesta regressão, com algumas despesas quase incontrolláveis, pelo que as autarquias devem apenas resolver as prioridades correntes, tais como, educação, saúde, bem-estar social, entre outras, ou seja, não se podem sobre-orçamentar. Essa decisão reflecte-se numa pequena redução das despesas de capital. Todos sabemos que as despesas correntes, por força das actualizações salariais, dos fornecimentos e serviços externos, da aquisição de consumíveis, entre outros, aumentam todos os anos, o que, em termos de recessão ou de crise, torna obrigatório cortar em alguns investimentos. O executivo evitou entrar em contra-ciclo com o governo, ou seja, se o governo não investe, também não vão ser as autarquias a fazê-lo. Felizmente, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento apresentados pelo nosso executivo para o ano económico de 2009, evidenciam bastante prudência e cautela para o cenário desta natureza. Também é justo referir que, sendo 2009 um ano de eleições, o nosso executivo não elaborou um orçamento eleitoralista, mas sim um orçamento realista onde demonstrou cautela e contenção. Nesta altura de crise económico-social em que é exigida a contenção e se pedem sacrifícios aos trabalhadores e empresários é, do meu ponto de vista, aceitável que os orçamentos coloquem o básico e essencial antes do acessório. Todos nós, membros desta Assembleia e cidadãos deste concelho, gostaríamos que este executivo apresentasse um orçamento superior e bom seria se executasse esta ou aquela obra, se possível, onde moramos, ou na nossa freguesia. Mas, todos sabemos que tal é impossível, basta vermos e ouvirmos os média e concluirmos como está a nossa economia. Outros Municípios apresentam orçamentos optimistas e de expansão para cativar o eleitorado, pois 2009 vai ser um ano de eleições, pelo que muitos presidentes da Câmara aproveitam para iludir os eleitores com obras que são pagas em anos ou orçamentos seguintes. Pelo que, toda esta Assembleia deve apoiar este orçamento. Assim sendo, espero que esta Assembleia aprove este orçamento e as Grandes Opções do Plano, uma vez que revelam honestidade, realismo e prudência. -----

- de **Joaquim Zacarias**: que teceu os seguintes comentários sobre os documentos previsionais: -----

Começou por referir que não iria ser mesquinho, mas muito realista e directo. -----  
Vinte anos, uma geração, um presidente e um concelho estruturalmente igual ao que, então, já era... -----  
Foi em 1989, três anos após a nossa adesão à Comunidade Europeia. Começaram, nesse ano, a chegar ao país e ao concelho (e em catadupa) os famosos fundos

estruturais com a finalidade de promover o desenvolvimento e progresso das terras e o bem-estar das nossas gentes. De facto, esse desenvolvimento e esse progresso deu-se à nossa volta, um pouco por todo o lado. Concelhos que, até então, situavam-se bastante atrás de nós, rapidamente nos ultrapassaram. O nosso passou e está na cauda do distrito e da região. É triste, mas é verdade. O que terá faltado se o dinheiro não faltou e se a oposição não atrapalhou? -----  
Em nosso entender, faltou vontade, saber e estratégia de prioridades. Faltou equipa, diálogo e faltou, durante os primeiros 16 anos, uma oposição a sério. Abundou o autismo, a manipulação e o facilitismo ... -----  
Senhor presidente da Câmara, o seu reinado, desde 1989, até aos dias de hoje, foi farto em Ficavougas, Semanas da Lampreia, Festas do Foral, Bienais, feiras disto e daquilo, onde o senhor terá gasto, em nossa estimativa, tudo para cima de cinco milhões de euros, sem que daí tenham resultado mais valias visíveis para o nosso concelho. Foram 20 anos a gozar a vida. Assim, é fácil entender porque afirma gostar muito de ser autarca e tudo faz para se manter no poder. Senhor presidente, dá vontade de lhe pedir que, já que não faz, deixe os outros fazer. O plano de actividades e orçamento para 2009 e seguintes continua na rota dos anteriores, a ser um documento que apenas cria ansiedades e falsas expectativas. É um documento demagógico e eleitoralista. Como é possível definir para 2009 despesas no valor de cerca de 6 milhões de euros e para 2010 cerca de 16 milhões? Em tempo de crise e recessão e de eleições pelo meio, o senhor persiste em continuar com os seus malabarismos e não sei de onde lhe vem tanta vontade e gozo de ludibriar o povo. O que o povo gostava de saber é, por exemplo, o que vai fazer com a fábrica das Massas Vouga. Decorridos mais de doze anos, após a sua aquisição e onde já enterrou cerca de duzentos mil contos. E, já agora, o que é feito da sua Vougapark? O que o povo gostava de saber é, quando terá uma ligação rápida ao Carvoeiro e ao nó da A25, nas Talhadas. O que o povo queria entender é porque sendo Sever do Vouga atravessado por essa via tão importante chamada A25, o senhor teima em brincar às zonas industriais e já lá vão seis, com fracos, difíceis e caros acessos quando dispõe, junto àquela importante via, de condições para ali fazer uma grande zona industrial a sério de que Sever do Vouga tanto precisa. -----  
Porque é que a nacional 16 está como está, da Foz ao Carvoeiro? -----  
Porque é que, quando se vem de Aveiro para Sever do Vouga, temos de andar às voltas no Carvoeiro, onde somos obrigados a percorrer mais dois quilómetros, desnecessariamente? -----  
Porque é que das Talhadas se chega mais depressa a Aveiro, do que de Sever do Vouga ao Carvoeiro? -----  
Porque é que, sendo o IC35 uma via prevista para libertar do isolamento as terras do interior do concelho, nomeadamente, Rocas do Vouga, Couto de Esteves e Sever do Vouga, também, o senhor teima em justificá-lo e deslocá-lo para terra de ninguém. E, ainda falando em IC35, porque é que o senhor umas vezes fica apreensivo com a hipótese do IC35 ir directamente de Vale de Cambra para o concelho de Oliveira de Azeméis e, outras vezes, como ainda há pouco, parece tão

contente com a hipótese de o mesmo já não passar pelas populações do interior de Vale de Cambra? Tira-lhe um peso de cima das costas, senhor presidente? -----

Porque é que se comemora com toda a pompa e circunstância o “Dia Mundial do Ambiente”, se tudo permanece uma porcaria, abundando lixo por todo o concelho e se, durante vinte anos, nem o saneamento colocou a funcionar? -----

Porque é que é prioritária a construção, no valor de várias centenas de milhares de contos, de escadarias, túneis e centros de camionagem – este, num dos piores locais, de construção caríssima, local malcheiroso e desfasado das necessidades dos potenciais utentes? -----

Porque é que, sendo o turismo apregoado como sendo um dos pólos mais importantes para o desenvolvimento do nosso concelho, quando vinte anos depois, ainda não existe qualquer parque de campismo, o acesso ao Rio Vouga permanece bloqueado, os eucaliptos continuam a tapar o rio da vista do turista, as antas e estradas Romanas continuam ao abandono, assim como a Estação da CP de Paradela. E, os hotéis e pensões, onde estão? -----

O senhor ouviu bem. Estamos, apenas, a constatar factos e com os pés bem assentes na terra. A linguagem dos independentes é, e será sempre, de verdade e nunca de retórica, balofa e sonolenta. Temos um projecto para tirar Sever do Vouga do buraco onde caiu e permanece, vai para vinte anos. É muito ano, senhor presidente. Tudo faremos para reacender a esperança na alma do nosso povo. -----  
de **Albano Macedo**: que teceu os seguintes comentários sobre os documentos previsionais: -----

Estes documentos, do Orçamento e Grandes Opções do Plano, para o próximo ano de 2009, último do mandato e término de um ciclo de promessas, pode resumir-se a um plano que decorre de um projecto desenvolvido há muitos anos e das propostas apresentadas no programa eleitoral, sendo que não sofre alterações de princípios nem alinha em estratégias políticas. Ninguém de boa fé sabe, no nosso país e no mundo, como vai ser o ano de 2009. Todos temos consciência de que o ano de 2009, segundo os especialistas macro-económicos mundiais, deverá ser um ano muito difícil para todos e, em especial, para as classes mais desfavorecidas. Assim, é a obrigação de todos os autarcas conciliarem as suas posições e cerrar fileiras no sentido de minimizarem os efeitos nefastos da crise nas nossas gentes. É nas alturas de crise que se conhecem os laços familiares e de amizade e se devem criar entendimentos e estratégias para conseguirmos criar as condições necessárias para criar uma nova esperança. Com o devido enquadramento e equilíbrio, as áreas de trabalho de 2009 consagram-se em ideias, projectos e obras integradas naquilo que posso designar como nove eixos de actuação: Primeiro – prosseguir uma estratégia cultural; Segundo – recuperar o património; Terceiro – criar infra-estruturas e requalificar os espaços públicos com mais desporto e melhoramentos das infra-estruturas desportivas. A criação, se possível, de um gabinete de actividade física, com alargamento do programa de promoção de actividade física para os municípios, principalmente, para os mais idosos. Promoção de estilos de vida saudáveis. Realizar eventos para todas as idades. Dinamizar o desporto escolar. Criar um melhor ambiente. A execução de novos ramos de abastecimento de água e

tratamento de esgotos; Quarto – uma política educativa com ambição. Assumir a gestão integral do pessoal docente do primeiro e segundo ciclo. Concluir a renovação das escolas. Lançar as obras de uma nova escola. Preparar o projecto da E.B.2.3; Quinto – solidariedade social. Sexto – modernizar a rede viária. Sétimo – estimular a economia privada. Oitavo – melhorar o funcionamento dos serviços públicos com a evolução das comunicações electrónicas com os Municípios; Nono – estreitar laços de recuperação e integração. -----

Estes seriam, em seu entender, os principais vectores estratégicos da actuação da autarquia para o ano de 2009. -----

Estes documentos reflectem necessariamente a situação económica e financeira que o nosso país vive, sobretudo no que se refere ao orçamento do estado para 2009 e que constitui motivo de preocupação no que diz respeito ao bem-estar e qualidade de vida dos portugueses, embora, nestes últimos dias, tenha saído legislação mais propiciadora ao trabalho das autarquias. Por isso, julgou que este orçamento terá, a curto prazo, muitas alterações que o devem tornar ainda mais ambicioso, mas pretendeu deixar aqui alguns tópicos que se podem constituir como pontos de referência: Primeiro – Promover a gestão da água e o seu aproveitamento como condição estratégica para o desenvolvimento do concelho e qualidade de vida, nomeadamente, com as infra-estruturas para o abastecimento de água às populações, a Barragem do Couto de Esteves, o Rio Vouga, o Rio Bom, o Rio Mau, os cursos de água do concelho e o projecto do Baixo Vouga da CIRA. Segundo – Promover a diversificação da base económica do concelho através de projectos de investimento, geradores de emprego, da requalificação dos recursos humanos e do apoio à qualificação do comércio local. -----

Terceiro – Promover a imagem de Sever do Vouga como importante pólo de cultura, valorizando o património arquitectónico, as tradições, as produções locais e a memória histórica, devendo-se salientar o projecto de reabilitação do complexo do Braçal e do projecto Vougapark, para Paradela do Vouga, em todas as suas vertentes. -----

Quarto – Manter um elevado nível de qualidade do espaço urbano e procurar articular a valorização dos espaços urbanos com o desenvolvimento social e económico do concelho. -----

Quinto – Melhorar as acessibilidades e rede viária concelhia, onde se inclui a questão das estradas nacionais desclassificadas. -----

Sexto – Dar atenção especial às questões ambientais e à qualidade ambiental, nomeadamente no que diz respeito aos resíduos sólidos urbanos, às ETAR's, às lixeiras e à limpeza urbana. -----

Assim, a Câmara Municipal encontrará as melhores formas de concretizar a sua actividade obedecendo aos seguintes princípios que se traduzem num objectivo maior que é desenvolver o concelho, construir o futuro e investir nas pessoas: -----

- Melhorar a eficácia, qualidade e transparência da administração municipal; -----
- Contribuir para o aumento do prestígio do poder local; -----

- Alargar e melhorar as respostas às necessidades e aspirações da nossa comunidade através da prestação de serviços mais adequados às populações e com mais qualidade; -----

- Maximizar o aproveitamento dos recursos disponíveis; -----

- Agilizar e modernizar os serviços acelerando os processos de decisão; -----

- Dignificar e valorizar profissionalmente os seus trabalhadores, principalmente aqueles que merecem e que podem ser avaliados pelo seu desempenho. Mas, a principal preocupação deve ser projecto de iniciativas para a criação do emprego e de apoio social. Quanto ao apoio social devemos apoiar a integração dos grupos sociais mais fragilizados. Continuando a aplicar medidas de discriminação positiva, nomeadamente, aos mais idosos, através da promoção e dinamização dos centros de convívio e lazer das freguesias e, porque não, a criação de um posto móvel de atendimento e de apoio ao cidadão; -----

- Construir novos edifícios e desenvolver novos serviços contribuindo, desta forma, para o aumento dos níveis de bem-estar das pessoas que servimos para além da optimização das estruturas já existentes e da implementação de novos serviços decorrentes da entrada em funcionamento dos novos equipamentos; -----

- Acentuar a dinâmica sócio-cultural, pedagógica e desportiva já criada, promovendo, apoiando e envolvendo as colectividades e as populações residentes, vinculando a imagem do concelho, como um concelho com urbanidade, dinamismo e atracção; -----

- Dar um novo fôlego às áreas do emprego e da acção social, continuando a apostar fortemente em sectores fundamentais como a educação, a cultura e o desporto. Mas, acima de tudo e atendendo à actual crise, entre as prioridades traçadas devemos assumir com maior relevância, ainda, a criação de mais emprego através da criação de condições para atrair novos investimentos que diversifiquem e dêem mais solidez ao tecido económico e que gerem novos postos de trabalho. E, por que não, a criação de um gabinete de apoio à família, como um dos espaços possíveis para a prossecução deste objectivo, com intervenções nas áreas do ensino, da saúde, habitação, pobreza e na prevenção e combate de outras formas de exclusão social em conjunto com as IPSS, com a Segurança Social e outros parceiros. Conforme referiu, ainda hoje, o primeiro-ministro, é preciso agir sem ortodoxia e sem ideias feitas. É preciso estar com a mente aberta para responder aos problemas e não para responder às necessidades da nossa ideologia. -----

Precisamos de ter mente aberta e não ficarmos reféns da ideologia ou das respostas clássicas, porque problemas novos exigem respostas novas. Sustentou ainda o primeiro-ministro, que se exija aos governos respostas para amanhã e não para o médio prazo. Exige-se rapidez na acção. Provavelmente, aqui ninguém estará interessado em saber o que acontecerá daqui a dois anos e a verdade é que há boas razões para essa atitude, porque o cabo das tormentas, o momento mais difícil, vai ser justamente em 2009. -----

Sublinhou que este não era o seu orçamento, mas era o possível mediante a conjectura do país, quando foi feito, em Setembro ou Outubro. Mas, tinha a certeza que, perante as novas medidas do governo, ontem anunciadas, poderíamos esperar

uma melhoria quer a nível de investimentos, quer a nível de agilização e rapidez dos processos. Então, teremos a curto prazo, lá para Fevereiro ou Março, uma substancial revisão, quer do Plano Plurianual de Investimentos, quer do Orçamento. Perante estes cenários, a sociedade civil não pode divorciar-se das suas responsabilidades. É preciso agir, é preciso procurar o futuro para garantir o presente. O desenvolvimento do futuro do concelho deve ser objecto do mais alargado consenso e comprometer todos neste projecto comum. -----

Concluiu, dizendo que, acreditava em Sever do Vouga, na força e na determinação dos homens e mulheres da nossa terra. -----

Presidente da Câmara: Começou pela intervenção do senhor Joaquim Zacarias, para dizer o seguinte: termos como “ludibriar”, e outros, são de uma linguagem que aplicará a si próprio, mas que pedia que fossem dispensados em relação à sua pessoa, porque não o conhecia suficientemente para usar esse tipo de adjectivação, disse o presidente da câmara municipal. O estilo da sua intervenção era já conhecido, e será sempre esse o seu estilo, até porque, se houve festa, ajudou à festa durante os dezasseis anos. Aliás, foi um dos responsáveis por ter empurrado o presidente da câmara para esta situação. -----

Mais referiu o presidente da câmara que, compreendia as motivações do membro Joaquim Zacarias e mudou quando julgou oportuno. Mas, não podia dizer que abriu os olhos ao fim do décimo sexto ano, porque, então, andou enganado durante muito tempo e ninguém anda enganado durante dezasseis anos. -----

Em relação a algumas afirmações, sobretudo sobre valores gastos nestes anos, verá que, se o dinheiro não tivesse sido aplicado dessa forma, outras opções poderiam ter sido feitas, como admitiu o presidente da câmara. Contudo, deveria lembrar-se como estava o concelho há 19 anos, atrás. Mas, lembram-se as pessoas quando falam com o actual executivo. Foi muito tempo, mas o concelho mudou muitíssimo – na educação, no apoio social, nas acessibilidades, nos largos das freguesias, no abastecimento de água, que quase não existia (onde temos cerca de 85% de cobertura, ao contrário do que V. Exa. possa pensar). Há algumas aldeias que não têm abastecimento de água, mas que ainda vão ter e isso será resolvido. -----

Ainda bem que disse haver seis Zonas Industriais (pequenas), mas o relevo e a orografia do concelho também não permitem que sejam muitas e grandes. E quantas eram as que havia antes? Nem a dos Padrões, porque apenas possuía três fábricas. -----

Acerca de uma grande Zona Industrial em Talhadas, o presidente da câmara municipal dirigindo-se ao membro Joaquim Zacarias perguntou, onde poderia ser implantada. Convidando-o a indicar um local, isso porque já analisaram todos os terrenos disponíveis e não permitem, devido ao relevo, a ampliação da existente ou a implantação de um parque industrial com muitos lotes. -----

Em relação aos fundos comunitários, referiu que aproveitaram ao máximo os que foram possíveis obter, nalgumas circunstâncias para além da quota disponível para o Município, com recurso a “overbooking”. Mas, as diferenças entre os indicadores dos concelhos interiores serão sempre inferiores aos dos municípios do litoral, o

que importa sublinhar foi o resultado obtido na aproximação dos dados referentes aos diferentes indicadores, que definem o desenvolvimento de um concelho. -----

Quanto às críticas formuladas sobre os gastos realizados, designadamente, na construção da escadaria de Silva Escura, disse que o membro Joaquim Zacarias deveria estar mais bem informado. -----

Em relação à Central de Camionagem e sua localização, respondeu que não havia melhor, porque foi construída próximo das escolas, do jardim-de-infância, do pavilhão gimnodesportivo, da piscina municipal e do centro de saúde, perguntando se haverá outra localização com um número de possíveis utentes tão vasto. -----

Por último, referiu que o orçamento poderia prever um montante superior em receita, devido às candidaturas submetidas e aprovadas em vários programas. Contudo, foi elaborado seguindo as regras previsionais previstas no POCAL e com data referência reportada a 30/09/2009. -----

**Deliberação** – No uso da competência dada através da alínea b), do n.º 2, do artigo 53º da Lei das Autarquias Locais, os documentos previsionais para o ano económico de 2009, cujo Orçamento de Receita e Despesa é de 11.000.000,00€ (onze milhões de euros), com os valores evidenciados nas rubricas por classificação orgânica, económica e funcional, nesta última situação, discriminados nos projectos e acções das Grandes Opções do Plano, com uma dotação definida de 5.568.910,00€ (cinco milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, novecentos e dez euros), documento esse que reúne o Plano Plurianual de Investimentos, com despesas de capital previstas no valor de 5.290.000,00€ (cinco milhões, duzentos e noventa mil euros) e o Plano de Actividades Municipais com uma dotação global de 278.910,00€ (duzentos e setenta e oito mil, novecentos e dez euros), foram aprovados por maioria, com dezanove votos a favor, dos membros: Albano de Amaral e Macedo, Alexandre Fernandes Tavares, António Fernando da Silva Dias, António Nunes Tavares, Claudino da Fonseca Soares, David da Silva Alves, Fernando da Silva Oliveira, Harolde Soares da Silva Balaias, João Pereira Henriques, José Dias da Silva, José Loureiro dos Anjos, José Luís da Silva e Almeida, José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, José Tavares Coutinho, Júlio Martins Fernandes, Maria Elisabete Martins Henriques, Paula Cristina Vaz dos Santos, Severo Mendes Pereira e Silvério Benjamim da Silva Soares Gomes, e, seis votos contra, dos membros: Claudia Maria Rodrigues da Silva, José Tavares Batista Braga, Joaquim Zacarias Paulino Gabriel, Manuel Henriques Soares, Nuno Miguel Matos Silva e Rui Manuel Batista Rocha. -----

O membro Edgar Jorge Ribeiro da Silva não participou na votação, por se ter ausentado da sessão, temporariamente. -----

De igual modo, foi aprovada a proposta apresentada pelo órgão executivo exarada nas últimas folhas dos documentos previsionais, dada aqui como reproduzida, para os devidos e legais efeitos. -----

**3.2 – 5ª Revisão Orçamental:** - Depois de prestado o esclarecimento sobre o motivo da realização desta revisão orçamental, dado pelo presidente da câmara municipal, o documento referente à 5ª Revisão Orçamental foi submetido à votação e foi aprovado, por maioria, com a abstenção dos membros Claudia Silva, José

Braga, Joaquim Zacarias, Manuel Henriques Soares, Nuno Silva e Rui Rocha os votos a favor dos restantes vinte membros presentes. -----

**3.3 – Pedido de Isenção de IMT:** - Após a introdução e explicação dada pelo presidente da câmara acerca da proposta formulada pela Câmara Municipal para a isenção do imposto sobre a transmissão onerosa dos prédios a adquirir pela sociedade A. Silva Matos, S.A. para ampliação da sua unidade industrial, conforme consta nos documentos apresentados e distribuídos aos membros deste órgão deliberativo, dados aqui como reproduzidos e vão ser arquivados juntamente com os documentos desta sessão, foram registadas as seguintes intervenções: -----

- de José Braga: que, em nome do grupo de independentes, disse que os membros presentes devem aprovar a isenção, atendendo à dimensão da empresa A. Silva Matos, S.A. e porque emprega muitos trabalhadores do concelho. Mas, com a condição de não se tornar recorrente o uso deste expediente para a atribuição de isenções idênticas a qualquer sociedade. Embora, parecendo-lhe que, ao ser concedida esta isenção, dever-se-ia aplicar o mesmo critério para os novos investidores que se instalem no concelho e criem vários postos de trabalho. -----

- de Joaquim Zacarias: que, disse estar de acordo com esta isenção. Era evidente que esta Assembleia não deixará de se pronunciar, também, sobre os pedidos que possam surgir, mas também quis dizer que, entendia que o grupo A. Silva Matos merecia, para além desta isenção, bons acessos, assim como toda a Zona Industrial dos Padrões. -----

Por ultimo, o **presidente da câmara** esclareceu que o pedido foi formulado nos termos da nova Lei das Finanças Locais e têm de ser devidamente fundamentado, atendendo a vários factores, tais como, quanto ao impacto para a economia local, em função do investimento a realizar, ao número de postos de trabalho e outras condições. Não podendo qualquer empresa, pelo facto de criar alguns postos de trabalho, vir solicitar um pedido de isenção nos termos da Lei das Autarquias Locais. -----

Posto isto, considerando a justificação apresentada na proposta da Câmara Municipal e atendendo ao elevado investimento a realizar pela sociedade numa actividade em manifesto progresso na área da construção de infra-estruturas para energias renováveis, bem como, ao número de postos de trabalho que serão criados e ao impacto no desenvolvimento económico e social do concelho, foi deliberado, por unanimidade, com base no previsto no n.º 2, do art.º 12º da Lei n.º 2/2007, de 25 de Janeiro, conceder a isenção total do Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis que estariam sujeitos os prédios a adquirir pela sociedade A. Silva Matos, S.A., indicados na seguinte relação: -----

Primeiro – Prédio rústico, sito em Padrões, freguesia e concelho de Sever do Vouga, inscrito na matriz sob o artigo 4991 e omissa na Conservatória do Registo Predial de Sever do Vouga (registo em curso); -----

Segundo – Prédio rústico, sito em Padrões, freguesia e concelho de Sever do Vouga, inscrito na matriz sob o artigo 1494 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Sever do Vouga sob o número Seiscentos e Setenta e Cinco; -----

Terceiro – Prédio rústico, sito em Padrões, freguesia e concelho de Sever do Vouga, inscrito na matriz sob o artigo 1491 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Sever do Vouga sob o número Dois Mil Trezentos e Vinte e Quatro; -----

Quarto – Prédio rústico, sito em Padrões, freguesia e concelho de Sever do Vouga, inscrito na matriz sob o artigo 1493 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Sever do Vouga sob o número Dois Mil Cento e Setenta e Dois; -----

Quinto - Prédio rústico, sito em Padrões, freguesia e concelho de Sever do Vouga, inscrito na matriz sob o artigo 1492 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Sever do Vouga sob o número Duzentos e Vinte e Dois; -----

Sexto - Prédio rústico, sito em Padrões, freguesia e concelho de Sever do Vouga, inscrito na matriz sob o artigo 1499 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Sever do Vouga sob o número Três Mil Duzentos e Quarenta; -----

Sétimo - Prédio rústico, sito em Corga, inscrito na matriz sob o artigo 1432 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Sever do Vouga sob o número Mil Cento e Dezasseis; -----

Oitavo - Prédio Rústico, sito em Padrões, inscrito na matriz sob o artigo 1466 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Sever do Vouga sob o número Mil Cento e Dezassete; -----

Nono - Prédio Rústico, sito em Padrões, freguesia e concelho de Sever do Vouga, inscrito na matriz sob o artigo 1490 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Sever do Vouga sob o número Três Mil Duzentos e Trinta e Nove; ----

Décimo - Prédio Rústico, sito em Padrões, freguesia e concelho de Sever do Vouga, inscrito na matriz sob o artigo 1500 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Sever do Vouga sob o número Três Mil e Três; -----

Décimo Primeiro - Prédio Rústico, sito em Padrões, freguesia e concelho de Sever do Vouga, inscrito na matriz sob o artigo 1498 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Sever do Vouga sob o número Dois Mil Novecentos e Trinta e Seis; -----

Décimo Segundo - Prédio Rústico, sito em Padrões, freguesia e concelho de Sever do Vouga, inscrito na matriz sob o artigo 1501 e omissa na Conservatória do Registo Predial de Sever do Vouga (registo em curso); -----

Décimo Terceiro - Prédio rústico, sito em Vale do Burro, freguesia e concelho de Sever do Vouga, inscrito na matriz sob o artigo 1502 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Sever do Vouga sob o número Dois Mil Oitocentos e Quarenta e Dois; -----

Décimo Quarto - Prédio rústico, sito em Vale do Burro, freguesia e concelho de Sever do Vouga, inscrito na matriz sob o artigo 1504 e omissa na Conservatória do Registo Predial de Sever do Vouga (registo em curso). -----

Nesta votação participaram os vinte e seis membros presentes. -----

**4 – Outros assuntos:** -----

**4.1 – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo** – Considerando o pedido de substituição dirigido pelo membro Severo Pereira ao presidente da Assembleia Municipal, para deixar de fazer parte da comissão permanente, após muitos anos de trabalho; -----

Considerando o facto de ser necessário substituí-lo por um membro com habilitações na mesma área e existindo vários juristas como membros desta assembleia municipal; -----

O presidente da mesa propôs a designação de Paula Cristina Vaz dos Santos, depois de a auscultar quanto à sua disponibilidade e vontade em aceitar a

substituição do membro Severo Mendes Pereira na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo. A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

----- **5 – Período destinado ao público** -----

Neste período foram registadas as intervenções: -----

- de José Santos, residente no lugar das Presas, freguesia de Silva Escura, que alertou o executivo para o mau estado de conservação da estrada que passa junto à sua moradia, pedindo uma intervenção para beneficiação do piso. -----

- de Rui Silva, que teceu alguns comentários acerca da evolução da população do concelho, para perguntar qual a política adoptada pelo executivo para inverter essa tendência. Isso, para dizer que todos sabemos da alta percentagem de desertificação que o interior está a passar, mas cabe ao poder local tentar contrariar essas tendências que em nada favorecem o nosso país e, principalmente, este concelho. Portanto, seria necessário estimular a competência, a inovação dos territórios, desenvolver actividades qualificantes e melhorar a empregabilidade. Seria importante, também, definir e implementar uma estratégia de desenvolvimento rural que tenha em conta os problemas específicos dos territórios rurais, em especial, bem como, das áreas mais vulneráveis e ameaçadas de despovoamento. Estando nós numa zona agrícola, é importante que estas medidas incluam instrumentos de apoio ao aumento das competitividades nos sectores agrícolas e florestais. -----

Seguidamente, foi colocada à votação a acta em minuta, para produzir eficácia imediata, aprovada por unanimidade, com os votos a favor de todos os membros presentes. -----

Nada mais havendo a tratar, cerca das 20h00m, deu-se como concluída esta sessão, tendo sido elaborada a presente acta, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por quem a redigiu. -----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_